

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A AdIN – Águas do Interior Norte, gere e explora os sistemas de água e saneamento de 8 concelhos dos distritos de Bragança e Vila Real, a saber: Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real. A empresa foi constituída no final de 2019 para servir 105 mil habitantes destes concelhos.

À exceção de Vila Real, todos os municípios abrangidos pela AdIN foram penalizados com o aumento do preço da água desde a constituição da empresa.

Segundo uma petição online com mais de 1600 assinaturas, no caso de Freixo de Espada à Cinta, os munícipes foram surpreendidos por valores exorbitantes, relatando aumentos de preço entre 50 a 200%, havendo situações em que o preço é hoje 10 vezes superior ao que era antes da concessão.

Na petição pode ler-se que “podemos dar como exemplo um caso que passou de um consumo no valor de 30 euros mensais, em média, para os 108 euros.” A mesma exposição faz saber que os valores cobrados pelo saneamento e resíduos são superiores à água consumida e que existem entidades com dificuldade na prestação de serviços à comunidade pelo acréscimo que este custo fixo representa. A petição termina solicitando a revogação do contrato e conseqüente regresso à gestão pelas autarquias.

Já em Torre de Moncorvo, o Movimento de Moncorvenses solicita que a adesão do município a esta empresa seja referendada. Segundo notícia a 18 de junho o Jornal de Notícias, João Marrana desse Movimento, afirma que “as pessoas se queixam de que a conta da água aumentou para o dobro ou o triplo porque houve uma decisão tomada sem se medir as conseqüências.”

Já em março deste ano, no Pinhal Interior, a população manifestou-se contra o aumento exponencial da fatura de água, num processo equivalente ao aqui descrito. Alguns municípios acabaram por revogar a delegação de competências, retomando a gestão direta. Tal como

naquela altura, voltamos a entender que a revolta das populações em consequência dos aumentos de tarifa de um bem essencial, que representa um direito humano, é já um retrocesso na universalidade de acesso e uma opção que coloca em causa vários acordos internacionais assinados no sentido da garantia universal do direito à água.

Esta é também uma diretriz do atual Governo, no sentido de privilegiar as agregações de municípios para provimento de água e saneamento, opção que tem claramente vindo a penalizar as populações.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas tenciona o Governo adotar para garantir que os valores cobrados aos moradores destes concelhos correspondem a serviços públicos efetivamente prestados e são social e territorialmente justos?

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)